



CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRAL DE COMPRAS

ARP n. 51/2021
Pregão Eletrônico n. 94/2021
Processo n. 411.475/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 51/2021

Ao(s) _____ dia(s) do mês de _____ de dois mil e vinte e um, a CÂMARA DOS DEPUTADOS, situada na Praça dos Três Poderes, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o n. 00.530.352/0001-59, daqui por diante denominada CÂMARA, e neste ato representada por seu Diretor Administrativo, o senhor ROMULO DE SOUSA MESQUITA, brasileiro, residente e domiciliado em Brasília - DF, e WS INFORTEC COMÉRCIO LTDA, situada no Av. Pedro Paes Azevedo, nº 130, Bairro Salgado Filho, Aracaju - SE, CEP 49.020-450, telefone (79) 4141-3465 / (79) 99679-0974, e-mails contato@inforws.com.br / wsinfor.se@gmail.com, inscrita no CNPJ sob o n. 36.924.105/0001-84, e neste ato representada por sua administradora, a senhora WALERIA SILVA ARAUJO PINA, brasileira, casada, residente e domiciliada em São Cristóvão - SE, perante as testemunhas que este subscrevem, lavram a presente Ata, em conformidade com o processo em epígrafe, referente ao Pregão Eletrônico para Registro de Preços n. 94/2021, com a Lei n. 8.666/1993, com a Lei n. 10.520/2002, e com o Regulamento dos Procedimentos Licitatórios da Câmara dos Deputados, aprovado pelo Ato da Mesa n. 80/2001, com o Regulamento do Sistema de Registro de Preços, doravante denominado RSRP, aprovado pelo Ato da Mesa n. 34/2003, com o Decreto n. 7.892/2013, e com a proposta vencedora oferecida para os itens do objeto do Pregão Eletrônico para Registro de Preços n. 94/2021, observadas as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DOS PREÇOS REGISTRADOS

A finalidade da presente Ata é o Registro de Preços para fornecimento de dispositivos de armazenamento de dados (SSD), novos e para primeiro uso, de acordo com o quadro a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO	UN.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO R\$
1	DISCO SÓLIDO INTERNO SSD 240 GB - PARTICIPAÇÃO ABERTA - VINCULADO AO ITEM 2	NETAC	N930E 256GB	PÇ	337	272,00
2	DISCO SÓLIDO INTERNO SSD 240 GB - PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP - VINCULADO AO ITEM 1	NETAC	N930E 256GB	PÇ	112	272,00
TOTAL DA EMPRESA: R\$ 122.128,00						

Parágrafo único – Conforme art. 11 do Decreto n. 7.892/2013, registram-se, no Anexo Único desta Ata, as empresas que aceitaram cotar os bens com preços



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRAL DE COMPRAS**

ARP n. 51/2021
Pregão Eletrônico n. 94/2021
Processo n. 411.475/2021

iguais ao da proposta vencedora, para fins de composição do cadastro de reserva.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

O fornecimento deverá ser efetuado por requisição da Câmara dos Deputados, mediante emissão de Requisição de Entrega de Material por e-mail, conforme modelo constante do Anexo n. 6 do Edital do Pregão em tela.

Parágrafo primeiro – Em cada Requisição de Entrega de Material será solicitado, no mínimo, 10% (dez por cento) do quantitativo total estimado para o item que nela estiver relacionado.

Parágrafo segundo – A confirmação do recebimento da Requisição de Entrega de Material deverá ser obtida pela Câmara dos Deputados imediatamente após o envio.

Parágrafo terceiro – O prazo de entrega será o constante da proposta da signatária, que não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, contados da data da confirmação do recebimento da Requisição de Entrega de Material.

Parágrafo quarto – A entrega ocorrerá no Centro de Gestão de Armazenamento de Materiais – CEAM/SIA, situado no SIA Trecho 5, Lotes 20/60, Setor de Indústria e Abastecimento, Brasília-DF, CEP 71205-050, em dia de expediente normal da Câmara dos Deputados, das 9h às 11h30 ou das 14h às 17h30. Telefone para contato: (61) 3216-4870 e (61) 3216-4871.

Parágrafo quinto – É da responsabilidade da signatária o transporte vertical e horizontal do objeto até o local indicado.

Parágrafo sexto – Caso o objeto ofertado seja importado, a Câmara dos Deputados poderá solicitar à signatária, por ocasião da entrega do objeto e juntamente com a nota fiscal, comprovação da origem dos bens ofertados e da quitação dos tributos de importação a eles referentes, sob pena de não recebimento do objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO CRITÉRIO DE REVISÃO DE PREÇOS

Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, nos termos do art. 13 do RSRP c/c o Capítulo VIII do Decreto n. 7.892, de 2013.

CLÁUSULA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

A signatária terá seu registro cancelado, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis, quando:

- a)descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b)não retirar a respectiva Nota de Empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Câmara dos Deputados, sem justificativa aceitável;



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRAL DE COMPRAS**

ARP n. 51/2021
Pregão Eletrônico n. 94/2021
Processo n. 411.475/2021

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) houver razões de interesse público para o cancelamento.

Parágrafo primeiro – Em caso de cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, serão assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo segundo – A signatária poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado, que venha comprometer a perfeita execução de suas obrigações.

Parágrafo terceiro – O Registro de Preços poderá ser cancelado ainda nas hipóteses previstas no artigo 126 do RPL.

CLÁUSULA QUINTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Não serão aplicadas sanções administrativas na ocorrência de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.

Parágrafo primeiro – As sanções serão aplicadas com observância aos princípios da ampla defesa e do contraditório.

Parágrafo segundo – A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação da signatária de indenizar integralmente eventuais danos causados a Administração ou a terceiros.

Parágrafo terceiro – A signatária que ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação, não mantiver a proposta, faltar ou fraudar com suas obrigações estipuladas no Edital, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal poderá, após regular processo de apuração de responsabilidade, ficar impedida de licitar e de contratar com a União, com descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo de multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

Parágrafo quarto – Pelo descumprimento de outras obrigações assumidas, considerada a gravidade da transgressão, serão aplicadas as sanções previstas no artigo 87 da Lei 8.666, de 1993, de acordo com o estabelecido nas alíneas de “a” a “d” do item 5 do Anexo n. 3 do Edital.

Parágrafo quinto – Ocorrendo atraso injustificado ou com justificativa não aceita pela Câmara dos Deputados na entrega do objeto, à signatária será imposta multa calculada sobre o valor do objeto entregue com atraso, de acordo com o estabelecido no item 7 do Anexo n. 3 do Edital.

Parágrafo sexto – A signatária será também considerada em atraso se entregar o objeto em desacordo com as especificações e não o substituir dentro do período remanescente do prazo de entrega fixado na proposta.

Parágrafo sétimo – Na hipótese de abandono da Ata de Registro de Preços, a qualquer tempo, ficará a signatária sujeita à multa de 10% (dez por cento) sobre o



CÂMARA DOS DEPUTADOS CENTRAL DE COMPRAS

ARP n. 51/2021
Pregão Eletrônico n. 94/2021
Processo n. 411.475/2021

valor remanescente da Ata de Registro de Preços, nele incluído o valor total do objeto requisitado e não entregue, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

Parágrafo oitavo – Os valores relativos a multas aplicadas e a danos e prejuízos eventualmente causados serão descontados dos pagamentos devidos pela Câmara dos Deputados ou recolhidos pela signatária à Coordenação de Movimentação Financeira, dentro de cinco dias úteis, a partir da sua notificação por carta, ou ainda, cobrados na forma da legislação em vigor.

CLÁUSULA SEXTA – DA PARTICIPAÇÃO E ADESÃO AO REGISTRO DE PREÇOS

Esta Ata poderá, durante sua vigência, ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal e demais entidades por elas controladas, mediante prévia solicitação dirigida a este Órgão, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei n. 8.666/1993 e no Decreto n. 7.892/2013, alterado pelo Decreto n. 9.488/2018, c/c o Ato da Mesa n. 34/2003.

Parágrafo primeiro – A signatária deverá ser consultada sobre a solicitação de adesão à Ata, observadas as condições nela estabelecidas, assim como no Edital em tela e a na legislação relativa às licitações, manifestando-se sobre a possibilidade de atender às aquisições ou contratações adicionais, sem acarretar prejuízos às obrigações assumidas com a Câmara dos Deputados.

Parágrafo segundo – As aquisições ou contratações a que se refere esta cláusula não poderão exceder a cem por cento dos quantitativos registrados nesta Ata, sendo limitadas a cinquenta por cento por órgão ou entidade, ficando sua utilização sujeita à expressa anuência deste Órgão e concordância da signatária.

Parágrafo terceiro – Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

Parágrafo quarto – Competem ao órgão não-participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pela signatária das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências a este Órgão.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE VALIDADE

O prazo de validade improrrogável desta Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Parágrafo único – A signatária explicita o compromisso da manutenção dos preços registrados, pelo prazo de 12 (doze) meses, ressalvadas as hipóteses do art. 13 do RSRP c/c Capítulo VIII do Decreto n. 7.892/2013.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

O Edital e seus anexos, bem como a proposta da signatária, integrarão a Ata



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRAL DE COMPRAS**

ARP n. 51/2021
Pregão Eletrônico n. 94/2021
Processo n. 411.475/2021

de Registro de Preços, como se nela estivessem transcritos.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília, Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, para decidir demandas judiciais decorrentes do cumprimento desta Ata.

E por estarem assim de acordo, as partes assinam a presente Ata com 6 (seis) páginas na presença das testemunhas abaixo indicadas.

Brasília, de de 2021.

Pela CÂMARA:

Pela EMPRESA VENCEDORA:

Romulo de Sousa Mesquita
Diretor Administrativo

ROMULO DE
SOUSA
MESQUITA:4434
9335153

Assinado de forma digital
por ROMULO DE SOUSA
MESQUITA:44349335153
Dados: 2021.11.30
17:38:26 -03'00'

Waleria Silva Araujo Pina
Administradora

 **SERPRO**
Assinado digitalmente por:
WALERIA SILVA ARAUJO PINA
Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço :
<<http://www.serpro.gov.br/assinador-digital>>



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRAL DE COMPRAS**

ARP n. 51/2021
Pregão Eletrônico n. 94/2021
Processo n. 411.475/2021

**ANEXO ÚNICO
DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
DO CADASTRO DE RESERVA**

Empresas que aceitaram registrar o objeto dos **itens 1 e 2** com preço igual ao da proposta vencedora:

1. SET COMPUTADORES E SERVICOS LTDA, situada na Avenida Seiscentos, s/n, Quadra 10, Módulo 1, Sala 110, Terminal Intermodal da Serra, Serra - ES, CEP 29.161-399, telefone (31) 98652-0071, e-mail licitacao@setcomputadores.com.br, inscrita no CNPJ sob o n. 65.147.399/0001-83 e neste ato representada por seu responsável legal, o senhor LUIZ FERNANDO LEAL ABREU;
2. ANDREA LIGUORI CARDOSO 11088243827, situada na Rua C 9, 1, Quadra 49, Lote 34A, Estância Itanhanga, Caldas Novas - GO, CEP 75.680-420, telefone (64) 3322-7228, e-mail andrealiquori@hotmail.com, inscrita no CNPJ sob o n. 29.218.243/0001-82 e neste ato representada por sua proprietária, a senhora ANDREA LIGUORI CARDOSO; e
3. ANTONIO MARCOS SOARES DA SILVA 01936371111 situada na Colônia Agrícola Águas Claras Chácara 8, 1, Letra E, Guará I, Brasília - DF, CEP 71.090-075, telefone (61) 99335-9798, e-mail emz.contato@gmail.com, inscrita no CNPJ sob o n. 42.669.518/0001-62 e neste ato representada por seu responsável legal, o senhor ANTÔNIO MARCOS SOARES DA SILVA.

ROMULO DE
SOUSA
MESQUITA:443493
35153

Assinado de forma digital
por ROMULO DE SOUSA
MESQUITA:44349335153
Dados: 2021.11.30
17:38:57 -03'00'

